

A vontade autoritária e os seus vícios grandiloquentes

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo analisa a configuração do dispositivo autoritário na governança política e de que maneira esse sistema apresenta filiação com os elementos mais retrógrados e obscurantistas da sociedade vigente, sufocando assim qualquer possibilidade de desenvolvimento saudável de uma democracia substantiva.

Palavras-chave: Autoritarismo; Reacionarismo; Obscurantismo; Truculência.

The authoritarian will and its showy vices

Abstract:

The article analyzes the configuration of the authoritarian device in political governance and how this system presents affiliation with the most retrograde and obscurantist elements of the current society, thus stifling any possibility of healthy development of a substantive democracy.

Key words: Authoritarianism; Reactionism; Obscurantism; Truculence.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para demagogos cercados por restrições constitucionais, uma crise representa uma oportunidade para começar a desmontar o inconveniente e às vezes ameaçador sistema de freios e contrapesos que vem com a política democrática (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 98).

Introdução

O autoritarismo subverte a noção sociopolítica de autoridade, fundamentada no reconhecimento racional-moral da proeminência de uma figura dotada de determinado mérito e de legitimidade no exercício de uma dada função. No entanto, como usualmente ocorre a tendência gregária de se verticalizar as relações sociais (estabelecendo-se hierarquizações conforme critérios ideológicos e materiais), figuras dotadas de proeminência política se autoglorificam com suas prerrogativas de poder sobre determinado grupo social e assim exercem um jugo que não aceita qualquer questionamento. No exercício autoritário, ocorre a confusão proposital entre a vontade do chefe e as inclinações do tecido social, como se o mandatário fosse capaz de intuir as necessidades e volições do povo e pensar por ele, de modo a deixá-lo em estado de dependência moral e apatia social. O mandonismo autoritário depende do medo e da inércia dos subjugados para perpetuar o seu domínio de fato. Em todas as esferas relacionais, é na seara política que a verve autoritária se manifesta de maneira mais acentuada, acoplando na sua imagem decisória elementos míticos, religiosos, tradicionais.

A corrosividade do autoritarismo

O dispositivo autoritário pressupõe pessoas desestimuladas ao exercício do pensamento crítico (caracterizado pelo rigor analítico). Diante dessa carência intelectual enaltecida como virtude pela moralidade truculenta que subjaz ao

poder autoritário, essas pessoas estabelecem relações extremamente simplificadas em suas avaliações e juízos sobre a realidade circundante. Desse modo, tornam-se facilmente manipuladas pelas emissões discursivas difundidas por seus demagogos, que exercem seu controle sobre as massas de seguidores não apenas através da violência crua, mas também por essas técnicas ideológicas: “O fascista age em nome da realização do desejo da audiência enquanto, ao mesmo tempo, o manipula. O discurso fascista é, sobretudo, um discurso publicitário que visa um receptor despreparado e embrutecido” (CASARA, 2018, p. 142).

Cabe ressaltar que uma determinada personalidade autoritária pode se apresentar socialmente sob uma roupagem popularesca, tosca, rudimentar, de modo a angariar a adesão de extratos da massa razoavelmente seduzíveis por emissões discursivas de baixo nível. A retórica autoritária apresenta um verniz oligofrênico, conspiracionista, aparentemente irracional, mas trata-se de uma astuta tática comunicacional para despertar a atenção do público através do choque, pois a propagação do fato absurdo é sempre empolgante e capaz de gerar belos índices de difusão na grande rede dos algoritmos virtuais. Conforme muito bem apontado por Umberto Eco,

A psicologia da conspiração nasce do fato de que as explicações mais evidentes de muitos fatos preocupantes não são satisfatórias e muitas vezes não são aceitas justamente porque são duras de aceitar (ECO, 2017, p. 120).

Essa imagem histriônica propagada por algumas figuras autoritárias de grande apelo popular jamais conseguiria se sustentar politicamente sem o suporte estrutural de plutocratas antidemocráticos que não hesitam em defender medidas de exceção quando a rentabilidade dos seus negócios escusos encontra-se ameaçada por toda sorte de fatores; mais ainda, esse empresariado (encastelado em gabinetes assépticos devidamente distanciado das contingências prosaicas) que prospera na vida e na morte do tecido social desenvolve estratégias disruptivas muito bem orquestradas para impor ao país o colapso político. Não há Golpe de Estado perpetrado por uma governança fascistóide sem o apoio financeiro da grande burguesia e dos seus sócios acanhalados, que dissociam sem maiores pudores a lógica destrutiva do mercado da genuína aspiração democrática que fortalece a pujança social. Em todo sucesso empresarial há sempre uma mancha de sangue. Todo movimento social, toda ação sindical independente, toda organização classista que antagonizem com os imperativos do grande capital são imputadas pelas elites financeiras como instâncias perigosas que devem ser neutralizadas pelos aparatos repressivos do establishment burguês.

A menor tentativa política de reformismo socioeconômico é considerada pela cúpula empresarial como uma “ameaça comunista” contrária aos “interesses da pátria”, leia-se, a rentabilidade plutocrática. Na ambígua democracia liberal a ação punitiva das forças estatais contra os seus insurgentes é efetivamente violenta, mas usualmente velada pelos supostos contrapesos institucionais que visam preservar a harmonia constitucional da sociedade e manter a boa ordenança pública, utilizando-se de técnicas sutis de

perseguição jurídica para coibir qualquer organização contrária ao projeto socioeconômico vigente (o lawfare é o maior exemplo dessa tática sórdida). A filosofia marxista-leninista é bastante coerente nas suas objeções ao sistema constitucional burguês, por considerá-lo uma ditadura disfarçada, pois em qualquer situação socioeconômica na qual os interesses empresariais são afetados a plutocracia subverte a ordenação institucional para recuperar os seus prejuízos (por conta desse fator devemos sempre desconfiar da plenitude jurídica da democracia liberal, incapaz de promover as reformas estruturais necessárias para estabelecer condições ótimas de qualidade de vida para a base da pirâmide social). Uma democracia liberal de baixa intensidade rapidamente se degenera em um regime ditatorial pró-mercado no qual a sua ação repressiva visa aniquilar o inimigo, isto é, os trabalhadores insubmissos, os intelectuais genuínos, os estudantes contestadores do arbítrio autoritário, os jornalistas independentes, as atividades artísticas e quaisquer outros segmentos que não coadunem com a necrofilia governamental e seus tentáculos sociais. Por conseguinte, entre a ordem democrática e a lógica do mercado (sempre pragmatista) não há conexão necessária e somente a ingenuidade liberal mantém essa crença idílica que não se fundamenta em fatos, daí a importante reflexão de Ignacy Sachs:

Infelizmente, o crescimento econômico promovido pelas forças do mercado traz, mesmo quando bem-sucedido em nível econômico, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria, com marginalização simultânea de uma parcela importante da população (SACHS, 2008, p. 118).

A massa de manobra fascistóide, habilmente seduzida pelo elã disruptivo do autoritarismo governamental, sonha com a era de chumbo do regime ditatorial imposto pela casta militar, considerada a baluarte da liberdade do cidadão de bem amante da pátria e cumpridor dos preceitos normativos da moral e dos bons costumes. O rebanho acólito do dispositivo autoritário compreende a liberdade de maneira bastante peculiar: liberdade é capacidade de empreender sem qualquer cerceamento estatal, liberdade é dar vazão aos impulsos agressivos sem nenhuma penalização pelos atos de ódio contra os seus oponentes, liberdade é renunciar à própria liberdade em nome do reacionarismo moral que pauta a agenda comportamental. Na guerra de narrativas estabelecida pelo autoritarismo da direita xucra, todas as governanças de esquerda (mesmo as tendências mais reformistas e conciliatórias) são inimigas dessa noção falseadora de liberdade e assim, portanto, contrárias aos interesses superiores dos patriotas, armados ou não. A direita xucra odeia a ideia de Ditadura Revolucionária do Proletariado, mas serve de escabelo para a ditadura reacionária do patriarcado (que aglutina em sua fileira hordas de militares saudosistas da repressão, milicianos, empresários da fé, mafiosos do agronegócio e outras categorias pútridas).

O discurso autoritário difunde ao senso comum que as ditaduras direitistas, alardeadamente atuantes em favor da dita salvação nacional, foram ilibadas em seus procedimentos administrativos. Nada mais mendaz. Em toda ditadura comprometida com o establishment burguês encontramos o aparelhamento da máquina estatal por agentes corruptos e disruptivos que se aproveitaram do enrijecimento autoritário do regime para

realizar suas ações indébitas contra a coisa pública. A ausência de fiscalização independente e de autonomia dos agentes públicos na fiscalização das ações governamentais é a prova cabal de interferência criminosa do poder governamental em organizações estatais para melhor satisfazer os interesses escusos da sua cúpula mandatária. Temos assim uma governança mafiosa que mata e manda matar aqueles que atrapalham os ilícitos políticos com as justas ações fiscalizatórias exigidas pelas normas institucionais fundamentais para a boa vitalidade republicana. Toda transparência será punida. As deletérias interferências governamentais são testemunho de sua práxis obscurantista, típica, portanto, do um inerente autoritarismo gerencial. Toda a estrutura estatal deve ser conduzida para fornecer vantagens para as camadas superiores do poder governamental e seus aliados. Todas as ações criminosas se tornam legítimas para agradar aos empresários do agronegócio, da grilagem e do garimpo ilegal, dentre outros consortes ignominiosos, sempre em nome de “Deus, Pátria e Família”, xucro lema fascistóide que enverniza as ações autoritárias e antissociais do dito presidente messiânico.

A truculência autoritária tradicional não hesita em eliminar fisicamente quem ouse se contrapor aos atos criminosos da governança vigente. Quando a morte do agente público através de algum procedimento não é possível uma exoneração é o suficiente para realizar o nefando intento governamental, e assim dissolve-se o pouco de probidade que existe em uma máquina pública decomposta. Impõe-se sigilo de um século em toda ação presidencial escusa para se evitar uma posterior punição. Nada mais afastado da ideia cristã de verdade arrotada pelo mandatário em seu exibicionismo leviano de todos os dias.

A única verdade que conheceremos será mediante a divulgação ampla e irrestrita da estrutura criminoso montada por ele e seus asseclas para a destruição institucional brasileira. Aliás, a narrativa disruptiva da governança autoritária zomba continuamente da experiência da verdade, difundindo sem qualquer pudor informações falsas para mobilizar sua base política truculenta, crédula acerca das sandices mais oligofrênicas despejadas pelo seu mestre eivado de mentiras. Quanto mais confusão social criada pelos factoides e notícias mentirosas mais a personalidade autoritária exerce seu controle afetivo-moral sobre a massa de fiéis irracionalizados pelo carisma populista daquele que se arroga o defensor da pureza familiar brasileira contra os perigos do “comunismo”. Toda invencionice cretina é permitida para desviar o foco da opinião pública acerca dos problemas concretos que afligem a sociedade brasileira. Invoca-se o Sangue de Cristo ou o coração do Imperador para consagrar a governança autoritária ameaçada.

Os comparsas autoritários aglutinados nos partidos direitistas (inclusive o dito “Centrão”, nada mais que um refugio fisiológico antirrepublicano que apenas favorece a perpetuação do mandonismo político no Brasil) disfarçam-se com legendas ditas republicanas, trabalhistas, liberais, democráticas, mas são descompromissados com essas ideias. Visam apenas manipular as consciências dos seus eleitores para a orquestração de um grande projeto político reacionário, moralista, antidemocrático e tangente nos limites da institucionalidade. O nome da legenda partidária não importa para esses agentes políticos, mas sim os seus interesses subterrâneos: a fundação de uma sociedade autoritária-teocrática-miliciano em território brasileiro. Os conceitos de Deus, Pátria, Família,

Ordem, Progresso e outrem são instrumentalizados moralmente para arregimentar essa massa eleitoral que sonha com as ideias de força e de grandeza, mas que lidam na vida prosaica com a incerteza do modo de vida, com o risco do pauperismo, com as ameaças do desemprego. A mão autoritária promete a preservação moral da família cristã, mas nada faz para lhe fornecer condições materiais de prosperidade e qualidade de vida, exceto medidas eleitoreiras populistas de curto prazo para seduzir segmentos desalentados da massa precarizada.

Discute-se amplamente nas cadeiras do curso de Administração e segmentos organizacionais correlatos a importância da responsabilidade social-empresarial, a ideia de ética nos negócios e práticas de marketing comprometidas com a dignidade da pessoa humana e com a sustentabilidade (perspectivas reconfiguradas sob o conceito de governança ambiental, social e corporativa – ESG). Jovens estudantes que sonham com um idílico mundo melhor na esfera capitalista reconhecem a dura realidade quando iniciam suas atividades profissionais nas empresas e aí se submetem ao inevitável pragmatismo da dinâmica autofágica do mercado. Boas intenções corporativas dramatizadas pela retórica angelical típica do charlatanismo coach apenas camuflam perante setores críticos da opinião pública as ações indébitas realizadas todos os dias no destrutivo ambiente organizacional. A mesma empresa que promove ação social (para obter isenção fiscal) é a mesma que maltrata os seus trabalhadores (ressignificados como “colaboradores”), devasta o meio ambiente e financia milícias golpistas. Perante esse quadro cínico, os imperativos éticos pela reforma dos procedimentos empresariais não penetram profundamente na carne

organizacional. Em uma perspectiva filosófica comprometida com o progresso social incluyente, democrático e solidário, toda mudança de perspectiva axiológica é viável. Contudo, percebemos que esse palavreado encantado é essencialmente letra morta perante a práxis empresarial consolidada, marcada pela destruição dos direitos trabalhistas, pelo sufocamento incondicional da força laboral humana, pela devastação da biosfera e pelo compadrio com governanças disruptivas que odeiam os fundamentos da democracia social efetiva. Temos sempre uma enorme lista de nomes de empresas e seus respectivos mandatários que clamam por manobras golpistas de governanças enraizadas até a medula em criminosos movimentos ditatoriais. Mesmo a infame Bolsa de Valores pouco se afeta por discursos disruptivos e outros fatos tenebrosos contra todas as formas de vida (massacres em favelas, assassinatos de agentes ambientais, de quilombolas, de indígenas ou de trabalhadores aguerridos em nada modifica a dinâmica das especulações financeiras). Raros são os casos de empresários e de corporações bem-sucedidas que defendam abertamente os fundamentos soberanos da democracia popular contra os rompantes golpistas de calhordas adornados (momentaneamente) com a faixa presidencial, pois temem perder receitas públicas e vantagens pecuniárias decorrentes da boa aceitação popular da marca. Sempre importante destacar que a necessária reforma estrutural do sistema capitalista alinhado com o mais ferrenho ultraliberalismo econômico não pode depender da boa vontade dos seus mandatários e seus tímidos gestos sustentáveis.

O líder autoritário exhibe de modo espetaculoso sua pretensa virilidade ao afrontar medidas sanitárias restritivas ou

passar de moto sem os equipamentos de segurança (talvez como forma de tentar escamotear os sinais físicos que revelam precisamente a ausência de virilidade). O presidente fascistoide anda na beira do abismo, mas sabe que está protegido em caso de contingência, mas a contingência sempre vence a inteligência humana e quem sabe a prepotência autoritária que tanto infla esse ego narcísico um dia não lhe faça se esborrachar no chão e talvez sulcar o solo pátrio com seu sangue. As bravatas sexualistas do bufão-presidente camuflam sua degeneração interior e sua inerente incapacidade de lidar com suas próprias frustrações pessoais. Quem diz tanto que não é alguma coisa é porque na verdade é aquilo que ele não diz ser. A governança autoritária emula as manobras fascistas das marchas para impor sua imagem-força perante a desorientada opinião pública, conclamando a massa de fiéis consortes com essas ideias agressivas para pegar em armas, de modo a que defenda a escravidão como se fosse sua própria liberdade. Conforme essa narrativa distorcida, não seria papel do poder público gerir a segurança social, cabendo então ao cidadão de bem e patriota se armar para se defender das ameaças externas, plasmando-se assim uma agenda reacionária e uma perspectiva econômica ultraliberal que deposita no indivíduo a responsabilidade pela preservação de sua própria vida. A militarização social proposta pelo projeto fascistoide afirma se constituir em nome dos interesses do povo para que este lute pela preservação dos seus direitos civis, por sua mítica liberdade, por sua sagrada família de bem e pela divina propriedade privada, quando em verdade apenas os abastados membros da elite rapinante, agressiva e antissocial são economicamente aptos para se encastelarem no regime armamentista. O pobre cidadão devoto do moralismo

paranoico da direita xucra se alimenta de maneira inadequada, mas sonha em possuir uma bela arma de fogo para potencializar sua sensação de segurança e para glorificar o seu ego moralmente impotente.

A demagogia autoritária transfere a responsabilidade da crise social para algum elemento alheio, seja a pandemia, seja uma guerra internacional, seja a elevação do preço do barril do petróleo. Nunca a própria desastrada ação individual-gerencial é reconhecida como a maior culpada pelo desgoverno que aflige diretamente o bem viver social. Para mitigar os efeitos deletérios da inflação, da carestia e do desemprego na existência sofrida dos cidadãos da base da pirâmide, um misto de teologismo barato e autoajuda charlatanesca para ludibriar as consciências daqueles que estão aflitos. Vontade de Deus, prova de fé, necessidade de ajuste na forma de vida, muitos são os palavreados rasteiros enunciados por personas que de maneira alguma estão atingidas pelos males estruturais de uma economia eugenista. Com efeito, o presidente-patrimonialista pode viver na abastança graças ao cartão corporativo cujos gastos não são auditáveis; os pastores-ladões vivem no fausto, mas conclamam seus servos para que resistam heroicamente na lama da miséria; empresários bilionários clamam pela resiliência moral e pela aplicação de medidas de flexibilidade junto aos seus funcionários, constantemente ameaçados pela linha de corte. O lema “mais empregos, menos direitos”, revela assim o seu traço autoritário mais caustico e curiosamente muitos seguidores lobotomizados aceitam piamente essa exigência de reestruturação laboral,

mesmo que ganhem menos, trabalhem mais, sofram mais, adoçam mais, caminhando assim aceleradamente para a própria morte, tido em nome da exigência inexorável do Deus-Mercado, Mercado-Moloch.

O autoritarismo nega qualquer humanismo e a herança substantiva iluminista. O reconhecimento da dignidade criativa do ser humano é solapada como uma baboseira e substituída pela ideia de submissão incondicional ao arbítrio do poder estabelecido. A autonomia do pensamento (fundamento de todo processo educacional promotor da verdadeira liberdade humana) é rechaçada em prol da aceitação incondicional do discurso soberano da figura adorada. Educação, em sua essência, significa condução externa do ser humano, sua capacidade de se tornar uma pessoa multidimensional através de sua mediação com o mundo circundante. Nessas condições, a educação singulariza o ser humano e ajuda a lhe promover, simultaneamente, uma relação aberta com a realidade.¹ O espírito autoritário, por sua vez, defende a heteronomia, que reside na incapacidade de a pessoa pensar por conta própria e tomar decisões sem depender da chancela de outrem que se arroga detentor de superioridade intelectual e moral. Quem sabe de fato é o mestre, o messias, o pastor, a figura paterna que se adorna de uma aura mística para obter legitimidade perante a consciência fragilizada da pessoa submissa. Aliás, o projeto obscurantista de ratificação da educação doméstica representa a crueza da ignorância constituinte do projeto de enrijecimento

¹ A contribuição de Kant é magistral para nosso propósito argumentativo: “A mais importante revolução no interior do ser humano é a saída deste do estado de menoridade em que se encontra por sua própria culpa. Enquanto até aqui

outros pensaram por ele, e ele simplesmente imitou ou precisou de andadeiras, agora, vacilante ainda, ele ousa avançar com os próprios pés no chão da experiência” (KANT, 2006, p. 126)

de uma sociedade autoritária. Atribui-se ao sistema educacional tradicional os vícios morais que conduzem o povo para a depravação moral através da inoculação de discursos contrários ao status quo conservador que tanto agrada ao poder autoritário. Por conseguinte, os defensores dessa aberração ideológica consideram que cabe aos pais escolher quais conteúdos os filhos deverão receber, evitando-se assim contato íntimo com as ideias perniciosas que corrompem a base familiar padronizada pelo discurso moralista. No entanto, o autoritarismo obscurantista, em sua hipocrisia contumaz, escamoteia o fato de que a tal família tradicional, a família composta por cidadãos patriotas (“cidadãos de bem acima de tudo”) já está corrompida de antemão por sua incapacidade de lidar com os signos da diferença e por se pautar através do velamento de toda a violência estrutural que lhe é inerente. Camadas de sangue coagulado sulcam o terreno de nosso quadro estrutural. Quanto mais obscura uma organização mais fácil é para ela realizar toda sorte de crimes contra os seus membros (por isso a personalidade autoritária impõe sigilo acerca dos seus procedimentos escusos de modo a não ser desmascarada judicialmente por seus ilícitos). A educação doméstica visa apenas forjar idiotas úteis para uma sociedade fragilizada que é facilmente conduzida por líderes autoritários descompromissados com o progresso do bem comum.

A educação autoritária é meramente instrumental, quantitativa, disciplinar. Não pressupõe o questionamento nem a capacidade de articulações entre os saberes. Basta apenas o pretenso conteúdo mínimo necessário para que o sujeito possa operacionalizar essa informação em sua existência. Visa-se estabelecer uma prática mecanicista dissociada de qualquer reflexividade.

Temos assim corpos dóceis que apenas absorvem os conteúdos transmitidos pelo docente e demonstram a boa assimilação dessas informações nas avaliações regulares ou nas suas ações profissionais, sem que tais dados transformem de fato sua maneira de pensar e sua forma de vida. Por isso a horda autoritária defende a militarização educacional e a instauração de uma excrescência chamada Escola sem Partido, que, na verdade, aceita apenas o partido do conservadorismo, do reacionarismo, da unilateralidade de ideias, do negacionismo científico e de todas as tendências rasteiras tão ao gosto da brutalidade fascistóide.

Considerações finais

O veneno corrosivo do autoritarismo é inoculado na primeira oportunidade em que grupos e discursos contrários ao bem-viver de outrem conquistam espaço na esfera pública, mesmo em uma eventual hegemonia temporária de uma governança progressista. Toleram-se, em nome da flexível liberdade de expressão (que nunca pode ser confundida com liberdade de agressão), um pretenso direito de se atentar contra a dignidade das instituições republicanas e contra a dignidade da pessoa humana. Todo projeto de poder disruptivo e golpista que visa se sustentar politicamente através de ameaças criminosas contra a estabilidade social, mediante propagação de ondas de medo e de ódio contra adversários praticantes da pujança democrática, a partir de chantagens contra pessoas que não coadunam com os escusos procedimentos patrimonialistas-clientelistas em vigor ou ainda por manipulações tendenciosas de informações de interesse público deve ser compreendido como inimigo capital da sociedade e, portanto, defenestrado de seu cargo: toda outra forma de paciência para com aquele que prejudica

acintosamente o bem-estar social é condescendência com a barbárie. O fracasso de uma governança intrinsecamente disruptiva é um evento digno de celebração e não existe qualquer mal em se alegrar com isso. O excesso de tolerância e de leniência moral para com a personalidade autoritária-disruptiva somente degrada ainda mais a já combalida estrutura social.

Referências

CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem Lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ECO, Umberto. **Pape Satàn Aleppo: crônicas de uma sociedade líquida.** Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2017.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático.** Trad. de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluído, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Recebido em 2022-09-24
Publicado em 2022-09-15